



Marília Vitorino

Advocacia e Consultoria Jurídica
OAB/PE 44.481

**EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
CAPITAL, PERNAMBUCO.**

JOSÉ ADRIANO FELIX DA SILVA, brasileiro, casado, vigilante, cpf nº 071.959.594-06, residente e domiciliado na Rua Luiz Corrêa, nº 56, Agua Fria, Recife/PE, CEP: 52211-390, endereço eletrônico: não possui, vem, perante V. Exa., por seu advogado, constituído pela procuração anexa, com endereço eletrônico: mariliavitorino.adv@gmail.com, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

07195459406

1. DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer o autor que lhe seja concedido o benefício da justiça gratuita, por não estar em condições de arcar com as custas do processo, bem como com honorários advocatícios, consoante dispõem os arts. 4º, da Lei nº 1.050/60, e 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal.

Com efeito, a gratuidade de justiça, em sua acepção mais ampla, está assegurada no referido inc. LXXIV do art. 5º da CF/88, “aos que comprovem

Rua da Regeneração, nº541, Sala 02, Arruda, Recife-PE.
F. 81 9.9833.9632/ 81 9.9454.8150, E-mail: mariliavitorino.adv@gmail.com





Marília Vitorino

Advocacia e Consultoria Jurídica
OAB/PE 44.481

insuficiência de recursos” e tem suas raízes fincadas na garantia de acesso à Justiça (incisos XXXV e LV do mesmo artigo).

2. INTERESSE DE AGIR - DA VIA ADMINISTRATIVA

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa.

3. DO NÃO INTERESSE DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO. ART. 319. VII CPC. – PEDIDO DE NOMEAÇÃO DE PERITO – CONVÊNIO 05/2015 TJPE.

Vem a parte autora informar que **não possui interesse no aprazamento de audiência de conciliação**, visto que, conforme já é conhecido pelo judiciário pátrio, ações que versam sobre o recebimento do SEGURO DPVAT, não são resolvidas pela via conciliatória, sem que antes, seja **NOMEADO PERITO JUDICIAL PARA GRADUAÇÃO DA DEBILIDADE PERMANENTE DA PARTE AUTORA**, só assim, sendo passível de composição amigável.

Diante do exposto, visando maior celeridade processual, pugna pela CITAÇÃO DA SEGURADORA RÉ PARA APRESENTAR CONTESTAÇÃO, e, por conseguinte, a NOMEAÇÃO DE PERITO JUDICIAL, visto que EXISTE CONVÊNIO FIRMADO JUNTO AS SEGURADORAS, disposto no ato da presidência 05/2015, onde consta o valor previamente estabelecido de R\$ 200,00 para cada perícia realizada.

4. DOS FATOS

No dia 24 de novembro de 2018, ocorreu um acidente que ocasionou **AMPUTAÇÃO DO DEDO ANELAR DA MÃO ESQUERDA**, gerando incapacidade permanente na parte autora, fatos estes, devidamente comprovados no teor do Boletim

Rua da Regeneração, nº541, Sala 02, Arruda, Recife-PE.
F. 81 9.9833.9632/ 81 9.9454.8150, E-mail: marilivitorino.adv@gmail.com





Marília Vitorino

Advocacia e Consultoria Jurídica

OAB/PE 44.481

de Ocorrência, Grupamento de atendimento Pré-Hospitalar, Ficha de Internação e Cirurgia de Trauma com Fratura, Laudos médicos, Raio-X todos em anexos.

É possível comprovar Excelência, no Resumo de Alta Hospitalar do Hospital Miguel Arraes, que fora realizada cirurgia para regulamentação do dedo amputado.

Diante de tal fato, o Suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Importante observar que os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade do requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca tiveram reajuste.

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO no grau a ser apurado em perícia judicial, com a devida correção monetária que deverá incidir a partir do dia 29/12/2006.

Eis, em suma, os fatos.

5. DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem **as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares**, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

Rua da Regeneração, nº541, Sala 02, Arruda, Recife-PE.
F. 81 9.9833.9632/ 81 9.9454.8150, E-mail: marilivitorino.adv@gmail.com





Marília Vitorino

Advocacia e Consultoria Jurídica

OAB/PE 44.481

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima
- no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

6. DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

7. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer o demandante:

- a. Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser o requerente pessoa pobre, nos termos da Lei nº 1060/50;
- b. A citação da Requerida no endereço supracitado, para querendo, responder nos termos da presente ação sob pena de revelia e confissão;

Rua da Regeneração, nº541, Sala 02, Arruda, Recife-PE.
F. 81 9.9833.9632/ 81 9.9454.8150, E-mail: mariliavitorino.adv@gmail.com





Marília Vitorino

Advocacia e Consultoria Jurídica
OAB/PE 44.481

- c. Seja julgada totalmente procedente a presente ação para condenar a Requerida ao pagamento da indenização do seguro DPVAT, no que diz respeito ao grau de seqüela que submeteu o autor, em valor a ser arbitrado após a realização da perícia judicial, bem como nas despesas médicas hospitalares suportadas em decorrência do acidente, consoante determinado pela Lei n.º 6.194/74, art. 3º, II e III, em favor do Autor, devidamente corrigidos desde a data do evento danoso, de acordo com a Súmula 171 do TJPE e com a incidência de juros moratórios desde a citação;
- d. Seja a Autora submetida a perícia médica, através de médico nomeado por esse juízo e bancado pelo Estado ou pela Ré, a fim de se constatar a invalidez permanente já alegada por esta parte e devidamente demonstrada em laudo particular acostado;
- e. A condenação da Ré ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários de sucumbência na ordem de 20% sobre o valor da condenação;

Dá a causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos, pede deferimento.

Recife, 10 de junho de 2019.

Marília Vitorino da Silva Barbosa
OAB/PE 44.481

Rua da Regeneração, nº541, Sala 02, Arruda, Recife-PE.
F. 81 9.9833.9632/ 81 9.9454.8150, E-mail: mariliavitorino.adv@gmail.com



Assinado eletronicamente por: MARILIA VITORINO DA SILVA BARBOSA - 10/07/2019 23:19:16
<https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19071023191640500000046940005>
Número do documento: 19071023191640500000046940005